

# *Outsiders* no Portugal dos tempos do rei D. José I

Daniel Afonso da Silva\*

**Resumo:** O artigo trata da presença e influência de estrangeiros e diplomatas ingleses, franceses e espanhóis em Portugal dos tempos do rei dom José I entre 1750 e 1763. Exibe figuras inglesas agudas e engenhosas como os embaixadores Abraham Castres e Edward Hay, os chanceleres Willian Pitt e conde de Egremont, o oficial James O'Hara, afamado lorde Tyrawley. Discorre sobre personalidades francesas decisivas como o conde de Merle, a madame Pompadour, o ministro Jacques O'Dunne, os chanceleres François-Joachim Pierre Bernis e Étienne-François Choiseul. Informa da relação conflituosa e cooperativa entre eles e os secretários do rei português.

**Palavras-chave:** Europa. Diplomacia. Século XVIII.

*Apenas os fracos são submetidos à neutralidade  
em função dos fortes.  
Secretário Sebastião<sup>1</sup>*

## Introdução

Lisboa, Porto e Portugal acolhiam muitos estrangeiros naqueles idos de 1750-1760. Franceses, romanos, florentinos, sardos, espanhóis, russos, austríacos, germânicos, ingleses na condição de negociantes,

---

\* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, professor da Universidade Estadual da Paraíba e *chercheur invité* do CERI-Sciences Po de Paris. E-mail: daniel.afonso@usp.br

viajantes, intelectuais, artistas, homens e mulheres da vida. Cada qual, ao seu modo, imprimia sua marca no cotidiano da corte e da sociedade lusa de então. Com o acirramento de conflitos europeus que levariam à guerra dos sete anos de 1756-1763 (BLACK, 2007; RÉMOND, 1980; RUSSEL-WOOD, 1998; LYNCH, 1991), a presença de diplomatas e enviados extraordinários – ora para defender seus compatriotas; ora para reforçar as alianças com Portugal – ganhou importância no contexto dos estrangeiros. Os homens do rei José, especialmente o secretário Sebastião<sup>2</sup> e o secretário Luiz da Cunha, passaram a despachar ostensivamente com esses agentes desde que Portugal fora envolvida nas tensões (SHAW, 1998). Essa interação entre autoridades lusitanas e estrangeiras nem sempre foi tranquila.

O objetivo deste texto é apresentar algumas dessas intranquilidades.

## Castres

No dia 11 de abril de 1752, dois dos mais notáveis enviados ingleses em terras lusas aportaram em Lisboa. Abraham Castres, embaixador em Portugal, e James O'Hara, Lorde Tyrawley, enviado extraordinário. Castres acumulava mais de trinta anos de vida diplomática. Tinha servido em diversos postos. Em Londres e no exterior. Esteve responsável de assuntos ingleses em Lisboa por curto período em 1745. A partir de 1749, foi nomeado para ficar. O'Hara era dos oficiais mais experientes da *British Army*. Filho do marechal Charles O'Hara, iniciara sua carreira como coronel do regimento de fuzileiros reais durante a guerra de sucessão da Espanha. Em seguida, foi coronel e capitão em diversos destacamentos. Participou de ações em numerosas praças de combate. E, entre 1747 e 1756, virou governador da ocupação inglesa de Minorca.<sup>3</sup> Castres, por seu turno, ausente de Portugal, estava em Londres, para despachos privados com seu soberano e com ministros. Fora seu primeiro regresso para casa e para a corte depois de 1749. Sáira de Lisboa em fins de junho de 1751. No dia 3 de julho, teve com o diplomata Robert Darcy, 4º conde de Holderness. O propósito era render contas sobre as condições de Portugal auxiliar a Inglaterra

em eventual novo conflito.<sup>4</sup> O território português era estratégico (SHAW, 1998). Impunha saber se o reino de Portugal continuava fiel e potencial parceiro. Holderness queria saber.

O relatório de Castres deu a resposta. “*Portuguese policy likely to remain pro-British, as British is the only power that can protect Portugal against her natural enemy, Spain*”.<sup>5</sup> Ou seja, continuava a haver espécie de fidelidade compulsória. Mas Castres comunicou também algo sabido, esperado e indesejado: o exército português estava em farrapos.

Essa ida de Castres a Londres foi fruto da grande apreensão dos britânicos com os “novos” portugueses. A corte inglesa queria mais e mais informações sobre a administração que aterrissara no poder depois da morte do rei João. Ano e meio de reinado de dom José e gestão do secretário Sebastião, a preponderância desse secretário sobre todos os assuntos entrou a preocupar. Ele chegava a fazer sombra no monarca (MONTEIRO, 2008).

No dia 17 de abril de 1752, Castres enviara longa correspondência ao duque de Bedford. Era, no fundo, um relatório detalhado sobre os rumos do império luso. Nele, Castres comentou os rumores da possibilidade de suspensão do tratado de Madrid de 1750. O secretário Sebastião e muitos lisboetas, disse Castres, eram contra e propunham uma convenção mais favorável ao Portugal. No mesmo diapasão, noticiou a surpresa generalizada que a indicação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do secretário Sebastião, para o governo geral do Maranhão, estava gerando. E arrematou a nota reafirmando a influência das ideias desse braço forte do rei José.<sup>6</sup>

Essa carta motivou a corte inglesa a ter pessoalmente com Castres. O assunto era delicado e Castres não estava autorizado a tudo dizer em carta. Sobretudo pela crescente hostilização dos ingleses em geral em terras lusitanas (SHAW, 1998).

A administração rei José-secretário Sebastião estava dificultando a vida dos negociantes ingleses em Lisboa. Após a morte do rei João, o recebimento e envio de valores metálicos, ouro e prata, passou a ser sobretaxado e, muita vez, confiscado (RUSSEL-WOOD, 1998; TÉLLEZ ALARCIA, 2003). Por isso, negociantes ingleses se organizaram em protesto. Confeccionaram representações e colheram

assinaturas. O assunto não tardou a chegar ao conhecimento de Londres. As queixas eram endereçadas ao procedimento do oficial da alfândega. Contrabando de ouro era cogitado. A gravidade da situação impôs a feitura de comissão especial para entender o que se passava e arbitrar que se poderia fazer. O problema, a princípio, era reconhecido como político. Castres foi a Londres. O'Hara foi convocado para uma conversa direta com Castres sobre o que estava acontecendo. No dia 22 de fevereiro de 1752, O'Hara foi nomeado ministro plenipotenciário em Portugal e recebeu instruções secretas e secretíssimas para aprofundar uma investigação sobre o imbróglio. Queria se saber se as queixas eram, no mínimo, razoáveis. Como complemento, e talvez o mais importante, lhe foi requerido um relatório detalhado da situação do exército português.<sup>7</sup>

O'Hara e Castres retornaram juntos para Lisboa. Uma vez aí, no dia 11 de abril, foram imediatamente recebidos por rei e família real. Tiveram os mais austeros tratamentos.

No dia seguinte, O'Hara iniciou seu périplo. Falou com praticamente todos os ministros portugueses e com todos os representantes ingleses. Conversou também com diversos diplomatas de todos outros países e causou a mais positiva impressão no enviado francês, por exemplo.<sup>8</sup>

Entretanto, os negociantes ingleses estavam nada satisfeitos. Após de uma, duas conversas, passaram a considerar O'Hara medíocre e vendido. Depois de três meses, tempo da costura dos acordos, continuaram acreditando o mesmo. De todo modo, ficou decidido que o governo português devolveria eventuais importâncias confiscadas. E essa devolução teve início já no dia 8 de agosto, menos de dez dias depois do regresso de O'Hara para Londres. Mas o clima de animosidades não fora dissolvido. E atravessou fronteiras.<sup>9</sup>

O enviado português em Londres, Joaquim José Fidalgo da Silveira, homem de leis e de letras, que vinha sendo pressionado desde que assumira o posto em fins de 1750, a partir daquele momento foi quase forçado a ir embora. Era o representante da nova administração lusitana. Primeiro enviado depois da morte do rei João. Os nobres ingleses não o aceitaram desde sua chegada. Nada pessoal. Era uma forma de protestar o tratamento recebido pelos ingleses em Portugal. O clima era de tensão. Mesmo inteirado, o secretário Sebastião

postergou o quanto pôde um eventual processo de substituição. Quando não pôde mais, deixou à corte portuguesa a escolha. Esta indicou Freire de Andrade – homem de 50 anos, somados a muito prestígio e prudência. O secretário Sebastião também o segurou o quanto pôde (FRASCHINI NETO, 1981). Esperou a resolução do conflito com os ingleses. Esperou O'Hara ir embora. Quando foi para enviá-lo, mudou a diretiva. Impôs Luiz da Cunha. O rei José aceitou sem mais problemas. Luiz da Cunha chegou a Londres no dia 28 de setembro de 1752 e foi bem recebido pelas comunidades inglesa e portuguesa e logo conseguiu audiência com o rei e com a princesa de Gales. Enquanto isso, Joaquim da Silveira retornava para casa via Dover-Calais-Lisboa.<sup>10</sup>

Negociantes ingleses seguiram descontentes em Portugal. Interpretaram o acordo de O'Hara como “para português ver”.<sup>11</sup> Continuaram pressionando suas lideranças políticas. O secretário Sebastião era tido por adversário. Castres passou a ser visto como conivente. Nesse ambiente, as conversas privadas entre Castres e o secretário Sebastião se multiplicaram. Precisavam encontrar uma saída política para os problemas. Castres não tinha mais o que dizer. De todo modo, no dia 26 de junho de 1753, o lorde Holderness fez saber aos enviados em Portugal que o rei George estava satisfeito com o desfecho da missão de O'Hara e com a normalização do *foreign trade of Portugal*.

Mas os protestos continuavam. Em Portugal; na Inglaterra. Em novembro daquele ano, a contestação chegou ao ápice. William Shirley, empresário domiciliado em Lisboa, líder de várias manifestações, tentou agredir George Crowle, cônsul geral inglês em Lisboa. O nobre secretário do rei José não admitiu o ocorrido. Por isso, no dia 5 de novembro, deu 24 horas para Shirley deixar Lisboa e 5 dias para deixar Portugal. O cálculo era simples. Expatriando Shirley se estaria teoricamente neutralizando os manifestantes. Foi a leitura dos portugueses e dos ingleses encarregados da burocracia. Por isso, no dia 12 de novembro, Castres comunicou com imensa satisfação o ocorrido à corte inglesa. Depois dos acordos de O'Hara, os comerciantes ingleses não tinham mais que reclamar. Era consenso nas cortes.<sup>12</sup> Não tardou a aparecerem manifestações de apoio a Shirley e contra o rei José e manifestações de apoio ao

secretário Sebastião e a Castres e contra Shirley. O movimento ganhou dimensão tamanha que o secretário Sebastião e o rei José tiveram de recuar e perdoar Shirley (MAXWELL, 1968). Essa conduta fomentou o isolamento do enviado inglês. A corte portuguesa não suportava mais as reclamações intermináveis da parte dos negociantes ingleses e interpretava como incompetência de Castres em acalmar seus compatriotas. No início de 1754, o rei José, via seus subordinados, fez público seu descontentamento (MONTEIRO, 1998). O rei inglês foi comunicado. Castres foi repreendido. De nada serviu. A solução veio apenas com sua morte anos depois.

### *Les Français*

Porto, fevereiro de 1760. Um corsário francês – leia-se pirata a serviço oficial de seu soberano – rumava para o porto de Vianna do Minho com uma presa – um barquinho – inglesa. Quanto mais se aproximava, mais locais chegavam para ver. Percebendo a cor da bandeira da presa e do predador, negociantes ingleses, abundantes na cidade do Porto, se organizaram em bando e partiram para o cais. Em instantes, se distribuíram por quatro navios. Pequenos navios de pesca. Armaram-nos e se armaram. Nada de muito sofisticado. Foram ao encontro do *blue* (francês). Não encontraram dificuldades para acometê-lo. Não demoraram a trazer seu capitão ao povo. Muita gente em terra ia se aglomerando. Como de costume. Como se fosse festa. Sem cerimônia, o francês foi escorraçado. Fizeram-lhe toda sorte de humilhação. Toda sorte de constrangimento. Tudo à vista e ao sabor da curiosidade pública do público. O barquinho inglês foi reavido. Os pertences do corsário, confiscados.

A notícia do incidente chegou em tempo real ao conhecimento do enviado do rei Louis na cidade. Esse cônsul francês relatou o mais rápido que pôde ao seu superior em Lisboa. O conde de Merle, embaixador da França em Portugal, reagiu com uma mistura de raiva e *déjà vu*. Sem demora, nem titubeio, foi ter com o secretário Sebastião. Sem agendar, sem nada, chegou e entrou. Com suas credenciais de embaixador, passou fácil pela guarda do luso secretário. Em minutos, estava diante do próprio secretário. Na seguida dos

cumprimentos habituais, pôs-se a narrar o ocorrido do Porto. O secretário Sebastião, por certo, já sabia de tudo e, por isso, antes que Merle avançasse na explanação, ele cerrou os ouvidos se recusando a ouvir. Fora de qualquer código de finura ou decoro, ordenou que o mais alto representante de França em Portugal se calasse. Disse não ter nada que ver com o caso. Nem tempo, paciência ou interesse para falações. Merle insistiu. O secretário Sebastião também. Redisse: não. Disse que somente o secretário de negócios estrangeiros, Luiz da Cunha, poderia, eventualmente, dar ouvidos ao fato. Merle retrucou referindo que Luiz da Cunha, como do conhecimento de todos, estava em Londres e, em assim sendo, o secretário Sebastião deveria de ser o responsável. O secretário português continuou em silêncio. Merle, em assim sendo, questionou quem respondia pela secretaria do exterior na ausência de seu ministro. O secretário seguiu calado. Merle insinuou ser o secretário dos secretários. Nisso o secretário Sebastião deu-lhe as costas e saiu. Merle ficou a falar às paredes. Sem mais que fazer, sobrou ao nobre enviado francês simplesmente relatar o ocorrido ao seu chanceler em Versalhes.<sup>13</sup>

Meses depois, outro constrangimento teve lugar.

O dia era 6 de maio. Local: Lisboa. Endereço: casa de Merle.

Depois da lida, em um momento de descontração, o cozinheiro de confiança do embaixador francês conversava com a criadagem, colegas e amigos, no hall de entrada. Pelas tantas, o olhar insistente de alguns passantes lhe congelou. Eram ingleses. De rosto e de farda. Marinheiros. Oito ao todo. Iam fazendo a segurança de um oficial que vinha e ia não se sabe de onde para onde. Pararam. Olharam e olharam até ter certeza. Tiveram. O cozinheiro também. Eram conhecidos. Pouco tempo antes, o cozinheiro tinha estado prisioneiro de guerra e ficara sob a vigilância dos mesmos passantes que agora, surpresos e irados, lhe observavam com esse olhar obsessivo. Num instante, estavam cara-a-cara. Sem nada dizer, sacaram o cozinheiro para o meio da rua e começaram o espancamento ali mesmo. O oficial foi o primeiro a açoitar o pobre francês pobre. Meteu-lhe a mão na goela e ensaiou seu enforcamento. Foi tudo muito rápido. Os colegas do infeliz demoraram a reagir. Hesitavam. Não sabiam que fazer. Uns gritaram. Outros corriam. Quando se viu, estavam todos embolados em socos e pontapés.<sup>14</sup>

*Les britanniques*, fisicamente melhor preparados, batiam sem dó. Sua intenção era visivelmente matar. Foi nesse propósito que o oficial inglês desembainhou sua espada. Mas antes que ocorresse o pior, o secretário de Merle gritou imponente e imperiosamente desde sua janela e, quase por encanto, conseguiu impedir desgraceira maior. Nisso outras autoridades francesas se achegaram. E, mais por sorte que qualquer outro recurso, nenhuma vida foi ceifada.<sup>15</sup>

Merle ficou pasmado com o *récit*.<sup>16</sup> Custou a acreditar. Foi preciso ver para crer. Sua criadagem ficou em frangalhos. No mesmo instante, foi falar com Luiz da Cunha, que já estava de volta. Luiz da Cunha, disse Merle, foi inacreditavelmente gentil. Mas sua resposta não passou de mero retórico “sinto muito”. Ou, quem sabe, um mais sutil e penetrante “perdoe-me e esqueça-me”.

Descaso, arrogância, cinismo, esnobismo. Assim se tratavam os adversários e os inimigos. De um lado e de outro. Portugal era terreno minado para franceses. Como Espanha o era para ingleses (LYNCH, 1991). Os conflitos eram mais que somente institucionais. A violência era, quando não física, simbólica. Não alinhados corriam riscos. Tanto pelas ruas como pelos mares. Ingleses estavam por todos os cantos. A *British Navy* era um pesadelo soturno e onipresente. Nenhum francês, do povo ou da corte, esquecera Lagos. O incidente do porto de Vianna do Minho só fez realçar. Depois de Lagos, a relação franco-luso-britânica só fez se estressar.

## Homens – e mulher – de Louis XV

François-Joachim de Pierre de Bernis, Étienne-François Choiseul e Jeanne Antoinette Poisson. Personagens que merecem destacar. Bernis, Choiseul e madame de Pompadour redefiniram a política externa francesa da metade dos setecentos (BÉLY, 1991). Bernis e Choiseul foram diplomatas e secretários de estado (BÉLY, 2007). Madame de Pompadour (LEVER, 2003), protetora pública e privada dos dois.

Bernis era homem de letras e de conversa. Padre, cedo conquistou respeito e reconhecimento públicos pela lírica de seus versos. Voltaire, Casanova, Verney foram alguns de seus admiradores

e interlocutores.<sup>17</sup> Em 1744, foi eleito para *L'Académie Française*. Por esse momento, passou a compor o entorno de amizades de madame de Pompadour. Não demorou a ser admitido como seu novo protegido. Essa proteção lhe conferiu acesso à corte e ao rei em pessoa. Em 1752, iniciou sua carreira diplomática. Foi designado para Veneza. Dispensou três anos nessas terras. Conheceu gente. Aprimorou sua leitura, visão e compreensão da Europa. Quando a tensão da Inglaterra sobre a França se impôs, foi solicitado em Paris. Participou de diversas conferências de análise de conjuntura com o próprio rei Louis XV. Para maquirar alianças, foi designado, pelo conselho de estado, para servir em Madrid. Jamais assumiria. Os fatos tinham sido mais velozes. Madame de Pompadour insistiu que o rei lhe enviasse para a Áustria, onde seria mais providencial. Não foi o caso. A partir de setembro de 1755, foi dado início às negociações entre Viena e Versailles, e a Áustria veio a Bernis. O objetivo último era o restabelecimento de aliança. Do lado de lá, estiveram rainha Maria-Thérèze e seu ministro plenipotenciário. Do lado de cá, madame de Pompadour e Bernis. Bernis foi decisivo na feitura das entrevistas e nas confidências. Por fim, o alvo do negócio foi duplamente acertado. França e Áustria se uniram contra a Inglaterra. Áustria e França se uniram contra a Prússia. Essa negociação lançou Bernis no coração da corte. Ele se tornou oficialmente guardião de segredos reais. Nesse entremeio, arquitetou um plano de unidade geral e segurança recíproca para os países europeus excluindo, obviamente, a Inglaterra. Essa proposta motivou o monarca francês a nomeá-lo enviado em Viena. Bernis, novamente, não assumiria. Por outro lado, ganhou uma residência em Versalhes e passou a integrar o conselho real como ministro de estado (BÉLY, 1991). No dia 28 de julho de 1757, foi empossado ministro das relações exteriores da França.

A Inglaterra vinha em toda ascensão. A França estava desgastada. Sem dinheiro. Sem soldados. Sem apoio de seu povo francês. Portanto, com reduzidas alternativas. Nesses termos, Bernis assumiu uma convenção de não-belicismo. Em seus marcos, *faire la paix à tout prix*. Para executar essa nada fácil tarefa, Bernis implantou conversa como estratégia. Sua intenção era ampliar as alianças e multiplicar seu conhecimento da real realidade dos outros. Sob esse

desígnio, espalhou homens pelas mais variadas cortes europeias e criou, também, uma imensa rede de espionagem. Ou, eufemisticamente, como se quis, “*une diplomatie du secrète*”.

As palavras e os ouvidos não conseguiram serenar a fúria dos navios e dos canhões ingleses. A armada francesa seguiu apanhando. A credibilidade de Bernis foi se desgastando. Sua saúde também. O estresse de operações militares, diplomáticas e políticas se lhe tornou insuportável. Por isso, após receber o esperado título de cardeal, começou a negociação de sua aposentadoria (BÉLY, 1995, p. 158-166). Antes de pedir oficialmente demissão, preparou e indicou seu sucessor. Choiseul, enviado francês em Viena.

Choiseul era militar proveniente de antiquíssima nobre família francesa. Quatro anos mais jovem que Bernis – nascera em 1719 e Bernis em 1715 –, se casou com uma das mulheres mais ricas da França, a irmã da duquesa de Gontault, que acabou por introduzi-lo no círculo de madame de Pompadour. Sempre ela. Isso se dera pelo início dos cinqüentas. Nos chás da madame, conheceu Bernis. Em 1753, foi nomeado enviado em Roma. Seu primeiro posto diplomático. Depois foi movido a Viena. Isso em 1756, a pedido de Bernis e madame de Pompadour, para aprofundar o processo de alianças. Dois anos depois, Bernis o recomendou para lhe substituir. Em carta pessoal ao rei, disse com todas as letras que Choiseul era *le seul* capaz para assumir o cargo. Razões múltiplas. Era militar. Profundo conhecedor da Europa. Exímio político. Refinado estrategista.

Com isso, veio a ser ministro das relações exteriores e operou o ministério, oficialmente, de 1758 a 1761 e, de fato, até o fim da guerra de sete anos.<sup>18</sup> Seu ministério estabeleceu uma política mais pragmática e menos “romântica”. Deixou claro que não podia confiar nem acreditar na política de alianças por alianças. Com a morte do marechal Belle-Isle, em janeiro 1761, assumiu o departamento de guerra. De modo estanque, conduziu seu primo, Choiseul-Praslin, ao ministério das relações exteriores.

Os desafios eram imensos. A França perdia no continente e além-mares. Inglaterra e aliados já tinham se apoderado do Canadá, de Pondichéry, do Senegal, das Antilhas. Nesse contexto, o pacto de família era como a jogada de misericórdia. A garantia recíproca de

terras de possessões de França e Espanha e Nápoles e Parma era o objetivo. Não se podia perder mais terra. Nesse espírito, foi forjada a paz. Que só veio em fins de 1762-começos de 1763 (BÉLY, 1995, p. 166-179; BÉLY, 2007; KENNEDY, 1987, p. 147 et seq.).

## Merle

No dia 6 de maio de 1759, Edward Hay, enviado inglês em Portugal, informou a sua corte em Londres da chegada do novo embaixador francês a Lisboa. Não entrou em detalhes. Comentou apenas que viera com a mulher, a bela madame Marie-Anne Peirenc de Moras.<sup>19</sup> Nada mais. Essa notícia, aparentemente corriqueira, era da maior importância. Merle era o homem de Pompadour-Bernis-Choiseul. Gozava de confiança irrestrita. Foi praticamente a primeira decisão e indicação de Choiseul ao assumir o ministério das relações exteriores da França. Não que o conde de Baschy, antecessor de Merle, não estivesse desenvolvendo bom trabalho. Questão foi que estava desgastado. Portugal, sabida e consensualmente, não era dos melhores dos mundos para os diplomatas franceses. Com o progresso da guerra, ia ficando longe do paraíso. Charles-Louis, o conde de Merle, provinha duma tradicional família de Beaujolais e Dauphiné. Sua missão era pôr em prova a nova estratégia diplomática francesa adaptada por Choiseul. Para os ingleses, do embaixador ao homem do povo, àquela altura, independente de quem fosse, vindo da França era *bastard*. Assim, o enviado inglês em Lisboa, mais que nunca, tinha obrigação de segui-lo e observá-lo e assediá-lo e entendê-lo. Neutralizá-lo se necessário. Mais que imediatamente Hay deu jeito de ter com Merle. Em menos de duas semanas, enviou sua ficha completa ao chanceler inglês William Pitt. Contrária a toda pré-impressão, o embaixador Hay teve a mais amistosa sensação do colega francês. Disse ser Merle um *monsieur* modesto, tranquilo e humilde. Conversável. Inteligente. Discreto. E, em linhas gerais, inclusive, interessante.<sup>20</sup>

No dia 13 de dezembro de 1758, Choiseul assumiu a secretaria de estado exterior francês. No dia 15 de janeiro de 1759, Merle recebeu o pacote com o *mémoire d'instruction* que trazia a radiografia

francesa da corte portuguesa e os conselhos indispensáveis para se viver por lá. A missão de Merle seria acompanhar a movimentação portuguesa na guerra. Isso majoritariamente. Em caso de brecha, o enviado francês deveria também seguir o casamento da princesa do Brasil e tentar promover o reestabelecimento e o melhoramento do comércio Portugal-França.<sup>21</sup>

No dia em que recebeu o *mémoire*, o processo dos Távora em Lisboa ainda não tinha sido levado a cabo em Lisboa. Mas o atentado ao soberano luso, no setembro passado, era o pretexto ideal para novo enviado francês aterrissar em Portugal. Esse foi um dos cálculos de Choiseul. O outro era fazer Merle se demorar o mais possível em Madrid antes de seguir para Lisboa. Em terras espanholas deveria visitar os habitantes del Prado. Falar com os enviados franceses e estrangeiros. Quanto com mais, melhor. Colher instruções dos espanhóis. Informações sobre os ingleses. Notícias de Portugal. E, não menos importante, interiorizar o jeito ibérico de ser. Acostumar com o clima e com a temperatura, sensivelmente mais seco e mais quente. A aliança de Versalhes com Madrid era uma realidade. Passar mais tempo que o habitual com os espanhóis era uma forma de marcar sua chegada às terras lusas.<sup>22</sup>

A ênfase do *mémoire* recaía, sem ser surpresa, sobre duas personagens: o rei José e o secretário Sebastião.

O rei português era visto como doce e justo. Amante da vida e de tudo que de bom que ela poderia proporcionar. Preguiçoso. Pouco dado ao trabalho. Mimado. Dado a delegar. Dependente.

Ao secretário, a verve francesa era viperina. Ele era visto como medíocre. Ciumento. Cínico. Despótico. Vaidoso. Ressentido. Mau-caráter. Perigoso. Astuto. Imperioso. Opressor. Para ficar nos adjetivos mais recorrentes.<sup>23</sup>

O trato com ambos deveria ser prudente, insistia o *mémoire*. Desde a França, se acreditava que o pós-atentado ao rei José tinha mudado a conjuntura interna. Sugeria que o rei tinha tido seus hábitos e humor alterados. Que estava menos previsível. O secretário Sebastião, em contraponto, estava mais imperativo e hiperativo. Seu autoritarismo estava no auge. Era mais e mais a autoridade maior “*sans avoir le titre de premier ministre*”. Também porque, mais que

nunca, estava tirando proveito do atentado ao rei para oprimir a nobreza local e humilhar a estrangeira.<sup>24</sup>

Os primeiros meses de Merle na corte portuguesa foram impecáveis. De maio a agosto de 1759, não passou de mero observador. Amigável e gentil. Cordato e discreto. Ocupou seus dias conferenciando com os enviados estrangeiros. Falou com praticamente todo o corpo diplomático. Conquistou a intimidade dos embaixadores de Espanha e Áustria, aliados da França. Teve boas conversas com Luiz da Cunha e com o próprio secretário Sebastião.

O assalto de Lagos mudou tudo.

Depois que os barcos franceses foram massacrados pelos ingleses em terras lusas, foi impossível manter a discrição. Versalhes reivindicava diariamente explicações do governo português. Na condição de enviado, Merle ficou incumbido de falar com os secretários Sebastião e Luiz da Cunha sobre o assunto. O objetivo era, sobretudo, questionar qual era a qualidade daquela neutralidade portuguesa. A insistência e inconveniência estafaram os secretários do rei José. Depois da segunda semana, ambos passaram a recusar a visita do enviado francês.

O incidente de Lagos, em verdade, aceleraria o fluxo dos acontecimentos. Tanto da guerra europeia quanto das relações internas. O enviado inglês em Lisboa não tinha o que dizer. O secretário Sebastião ficou revoltadíssimo. Desde Londres, a alternativa foi promover o *mea culpa*. O atentado poderia precipitar os movimentos da guerra. O espaço marítimo de Portugal fora invadido. A dignidade da França, afetada. O conselho inglês decidiu enviar o conde de Kinnoull com palavras do rei George aos portugueses e aos franceses (BÉLY, 1995, p. 183-184, 1991, 2007). Além do problema Lagos, Kinnoull teria mais duas incumbências. Tratar do descontentamento dos ingleses em Portugal e acompanhar de perto o estado luso na guerra. Mesmo sem Lagos e sem a guerra, mais dia menos dia, seria imperativo alguém de Londres para negociar a situação dos ingleses no Porto. Esses negociantes estavam cada vez mais barulhentos.<sup>25</sup>

No dia 29 de janeiro, Merle enviou para Versalhes sua interpretação dos interesses da Inglaterra com o envio de Kinnoull. Em conclusão, acreditava que a questão central era nem Lagos, nem os

negociantes ingleses. A vinda era para impor “um trabalho sujo” a Portugal. Com uma dívida de mais de 112 milhões de libras e a diminuição progressiva da popularidade da guerra, o objetivo da Inglaterra era, para Merle, forçar Portugal a se impor sobre Sacramento para ampliar a quantidade de súditos e, conseqüentemente, de fundos.<sup>26</sup>

Entre 7 e 8 de março, Kinnoull aportou em Lisboa. Foi recebido pela corte. O rei José compareceu em pessoa. Houve festa de recepção. Durante o evento, Kinnoull teve longa conversa com o secretário Sebastião e rascunharam já ali estratégias de atuação. Conversar com Merle lhe seria inevitável. Depois do rei José, o enviado francês era o interessado maior do caso de Lagos. Mas antes de ter com ele, já o tinha por causador de caso.<sup>27</sup> Além de desculpas formais, caberia a Kinnoull – e ao secretário Sebastião – decidir se devolveria, e como e quando, os barcos de guerra franceses destruídos e queimados em Lagos. Era consensual a importância e a gravidade do caso.

Estando em campo, o enviado inglês teve a clara dimensão da tensão. Todos estavam excitados. Participou William Pitt, seu chanceler em Londres, do iminente rompimento da França com Portugal. Lisboa era um barril de pólvoras, dizia. Qualquer faísca poderia desencadear o agravamento do problema. Desde Londres, isso tudo era sabido. Mas, *in loco* e naquele momento preciso, Kinnoull percebeu que o assunto era ainda mais delicado.<sup>28</sup>

Como Merle estava desmoralizadíssimo em Lisboa, quando da visita de Kinnoull, Choiseul enviou as demandas francesas diretamente para o endereço da corte luso-britânica. Duras demandas. Kinnoull decodificou a mensagem de Choiseul para Pitt. Descreveu que depois de Lagos, Portugal seguia ainda mais em perigo. Versalhes estava claramente incitando as forças espanholas e preparando as suas próprias para invadir o território português. Não necessariamente o europeu. O Brasil era o alvo. O projeto era entrar via Cayenne pelo norte, acessando a Amazônia, e via Argentina e Montevideo, pelo sul, para abocanhar Sacramento, o Rio Grande de São Pedro, a ilha de Santa Catarina etc.<sup>29</sup> No dia 30 de maio, Pitt respondeu longamente a Kinnoull e ao secretário Sebastião. A mensagem do rei George reforçava o *hand by hand* dizendo estar em *stand by*

para se por acaso. E sugeria que os franceses iriam ter de engolir eventual atrevimento contra Portugal.<sup>30</sup> Ou seja, “Kinnoull, dr. Sebastião: fiquem tranquilos”.

Antes desse quiproquó todo, Merle esteve com Luiz da Cunha e esteve com Kinnoull. Quatro dias depois da chegada de Kinnoull, no dia 11 de março, Merle foi recebido por Luiz da Cunha. A conversa foi longa. Mais que o habitual, estranhou o francês. O assunto, mais que o caso do porto de Vianna do Minho, foi o desrespeito do secretário Sebastião. Luiz da Cunha até que tentou pôr panos quentes. Prometeu tomar conta do caso pessoalmente para restituir o que fora afanado e punir quem merecer. Merle não se convenceu. Por isso, o posto do enviado português em Paris passou a correr risco. Choiseul passou a pressionar o abade Salema.

Mês e pouco depois, Luiz da Cunha convidou Merle para o jantar do corpo diplomático em homenagem ao enviado extraordinário inglês. Nesse jantar, lhe entregou cartas a serem enviadas a Versalhes, ao rei Louis e ao chanceler Choiseul, pedindo perdão pelo incidente do porto de Vianna do Minho e comunicando os procedimentos empregados. A impressão de Choiseul ao ler as cartas não foi outra. Disse, de imediato, que embora firmadas por Luiz da Cunha, quem falava era o secretário Sebastião. A missão de Merle, nesse sentido, estava profundamente comprometida. Nada mais que o cinismo alimentava as relações diplomáticas entre Lisboa e Versalhes.<sup>31</sup>

No dia 13 de maio, a ira da corte lusitana a Merle foi oficializada. Nesse dia, o abade Salema foi a Versalhes e entregou pessoalmente uma memória, com dezessete artigos, de queixas ao enviado francês em Lisboa. Arrogante. Indiscreto. Ousado. Mal-educado. Foram alguns dos adjetivos utilizados pelo abade. A memória era uma encomenda do secretário Sebastião.<sup>32</sup> Não existia mais clima para Merle em Lisboa. Ninguém dos da cúpula em serviço da corte lusa mais o reconheciam como embaixador. O ríspido tratamento entre eles deixou até Kinnoull surpreso.<sup>33</sup>

Merle foi embora. Saint-Julien, cônsul francês em Lisboa, foi designado para ser espécie de olho absoluto. Falar pouco. Menos ainda com os inimigos. Sair pouco. Aguardar ordens. De Versalhes; de Madrid. Cuidar da correspondência. Ser “observador judicioso,

historiador fiel”, instruía Choiseul. Continuaría cònsul. Não tinha permissão lusa para ser embaixador. Mas como parte do corpo diplomático, poderia se dirigir a Luiz da Cunha. Em todas as oportunidades que tivesse, deveria falar de Lagos. Tudo em vão. A aliança luso-britânica só fez hesitar. Nesse mesmo momento, chegou a Lisboa o novo enviado espanhol, José Torrero. Poderia ser o início da reação.

## Inimigos

“Que o tempo e os sucessos façam se arrepender os portugueses de terem faltado naquela ocasião com o que deviam à soberania e à coroa do Rei seu amo.”<sup>34</sup> Era o pacto de família em marcha. Foi a manifestação mais que clara de Choiseul para Saint-Julien cerca de um mês antes da assinatura definitiva do pacto franco-espanhol. Era, portanto, julho de 1761. O plenipotenciário espanhol Girolamo Grimaldi e o próprio secretário Ricardo Wall estavam em Paris (BENZONI, 1998). Essa presença somada ao momento deve ter feito Choiseul carregar nas tintas para escrever aquela afirmação. Efetivamente o raciocínio do ministro francês era decididamente pro-Portugal.

Em junho do ano precedente, quando Merle ainda andava por Lisboa, uma frota de navios portugueses foi destroçada no canal da mancha pela armada inglesa. O incidente não surpreendeu, mas deu ideias a Choiseul. Não se tratava de fato isolado. Bem do contrário, recorrente. A “tirania” inglesa, advertia o francês, era progressivamente contra todos. Mesmo contra os aliados. Mesmo contra Portugal. Choiseul chegou a pedir para Merle pulsar a opinião dos portugueses nesse sentido. Mas Merle era ninguém para os portugueses. Não conseguiu levar a cabo. Mas a orientação ficou.

Junho-Julho de 1761, portugueses e ingleses se puseram preocupados com as tramas franco-espanholas. Pressentiam que manobra de envergadura estava em arquitetura. A incerteza conduzia a inquietude. O secretário Sebastião estava atipicamente preocupadíssimo, contou o cònsul inglês em Lisboa. Sir H. Frankland estava responsável dos correios. Edward Hay, como o secretário português, estava

consumido pela atualidade da guerra. Essa preocupação imoderada advinha da movimentação dos espanhóis. A cúpula do governo do rei da Espanha estava em Versalhes. O secretário Sebastião sabia das fragilidades de Portugal. Sobretudo da insegurança das fronteiras. E, concomitantemente, não estava seguro de ajuda imediata dos ingleses se por acaso. Luiz da Cunha estava em Londres desde maio. Acenos de apoio inglês eram bastante tímidos. Inclusive porque, na verdade, não era consenso entre os ingleses que a França tivesse competência para persuadir a Espanha a invadir Portugal. O embaixador Hay era um dos que duvidavam. E Hay, além de homem de convicções e também por sê-lo, era ouvido em Londres. Suas posições tinham força e peso. Para ele, agressões espanholas contra Portugal poderiam eventualmente ocorrer. Mas não seriam nada de extraordinário. Existiria impacto maior somente se a França se apresentasse fisicamente. E essa possibilidade não lhe parecia plausível. As dificuldades financeiras francesas eram públicas e sabidas. Hay tentava convencer o secretário Sebastião. O secretário não se deixava persuadir. Seguia inquieto.<sup>35</sup>

Veio o 15 de agosto. *Le pacte d'amitié* foi assinado.<sup>36</sup> Alguma ofensiva seria obrada. Hay seguia duvidando. O secretário Sebastião seguia matutando. O enviado de França em Londres, imergido no palavrório inglês, tendia a partilhar da opinião de Hay. Desacreditava do poder de fogo espanhol e do ânimo francês. Não era, em absoluto, a impressão do enviado inglês em Paris que cogitava que “*Spain is likely to attack Portugal*”.<sup>37</sup> *Likely to* seguia muito diferente de *is going to*. Choiseul sabia perfeitamente e apostava na negativa. Acreditava no poder de convencimento da diplomacia francesa. Por isso, iniciou o processo de nomeação de um novo embaixador para Portugal. Jacques O’Dunne foi o escolhido. Em seguida, um longo e complexo, mas rápido, processo de formalização da nomeação. Não se sabia se o melhor era um embaixador ou um enviado plenipotenciário. Um embaixador poderia ser tido como um novo Merle. Um plenipotenciário poderia pôr em suspeição redobrada a intenção da França. Fato era que havia mais de ano que a França estava sem embaixador em Portugal. Saint-Julien era cônsul. E fazia mais tempo ainda que a França não enviava alguém em missão especial. Para somar, quando Merle ainda estava em

Lisboa e por conta de sua “impertinência”, o governo luso impusera um novo regimento para ministros estrangeiros. Uma espécie de código de conduta. O’Dunne precisava de liberdade total. Seu caráter, portanto, foi de plenipotenciário. Em seguida, foi lhe mandado preparar uma resenha de todos os movimentos ingleses de guerra dos últimos meses. Todas as estratégias. Todas as análises. Todos os comentários. Todos os comentários dos comentários. Por outro lado, todos os movimentos franceses no mesmo período. Enquanto isso, o gabinete de Choiseul preparava o novo *mémoire d’instruction*.<sup>38</sup> No dia 15 de novembro, O’Dunne esteve com o rei francês. No mesmo dia, recebeu o *mémoire*. Curto se comparado aos dos demais enviados no último decênio, mas com eloquência e objetividade desproporcionais.<sup>39</sup>

O inimigo era a Inglaterra. Ponto. Inimigo declarado. Inimigo inimigo. Portugal estava de vítima na história. Não era outro o objetivo de O’Dunne senão ampliar o *traité d’amitié* com a participação do rei José. Nos termos do *mémoire*, quebrar a neutralidade de Portugal para o lado de França e Espanha.

Dura missão.

No dia 16 de novembro, O’Dunne saiu de Paris rumo Lisboa, com escala em Madrid. Para o rei Carlos, levava especiais cumprimentos. Para seus ministros, recomendações. Para o enviado francês, trabalho. Muito trabalho. Levava uma cópia do *mémoire* das negociações França-Inglaterra que recebera. Chegou a Madrid no dia 21 de dezembro. Com um atraso que não se sabe ao certo a razão. Despachou imediatamente com o rei Carlos e com o secretário Ricardo Wall. A tensão não era pequena. Não tinha mais como evitar. A Espanha entrara na guerra contra a Inglaterra. O’Dunne foi para a casa do enviado francês com quem conversou e conversou. O secretário Ricardo, por ordem de seu rei, mandou chamar o conde Fuentes, seu embaixador em Londres. Lorde de Bristol, embaixador inglês em Madrid, fugiu.

Em Lisboa, os receios do secretário Sebastião vinham se tornando realidade com as informações que iam chegando. Em fins de novembro, desde Londres, o conde de Egremont orientou Hay a não mais enviar papéis sigilosos para Madrid. Espanha, em sua visão, estava praticamente na guerra. Precisava apenas oficializar.

Não tinha muito mais saídas. No mesmo correio, pedia para que o secretário Sebastião fosse informado.<sup>40</sup> Esse correio chegou a Lisboa pelo dia 8 de dezembro. Nesse dia, Hay esteve com o secretário Sebastião sem a intermediação de Luiz da Cunha. Talvez tenha sido a primeira vez em que o consenso se instalara entre os dois a respeito da guerra. No dizer do secretário Sebastião, não tinha mais jeito. Era esperar o pior.<sup>41</sup> Nas Américas, a desgraça já era total. Os espanhóis haviam amplificado as hostilidades na região do rio da Prata. O secretário Sebastião ordenara contra-ataque massivo. “*Repel force with force*”, no dizer do inglês. Problema era que essa força estava enfraquecida ou inexistente. E a sensação de impotência, por vez, os acometia. Mesmo tendo a Inglaterra nas costas. No caso do embaixador Hay, a impotência virou desespero quando perdeu contato com o enviado inglês em Madrid. Era 23 de dezembro. A notícia da entrada da Espanha na guerra ainda não tinha chegado. Nem precisava. Fazia mais de duas semanas que Bristol não dava notícia. Isso preocupava ao secretário Sebastião também.<sup>42</sup> Mas preocupações maiores recaíram sobre esse secretário do rei José. No dia 27 de dezembro, recebeu a nova desde a Espanha. Já passava do meio-dia. Imediatamente convocou um conselho com todos os ministros. Não se sabe se com os ingleses, ou pelo menos com Hay, também. Foi uma longa tarde-noite. Nela o secretário Sebastião fez o que jamais fizera nos últimos meses e ano. Foi à casa do embaixador espanhol. E mais de uma vez.

#### OUTSIDERS IN PORTUGAL AT THE TIMES OF KING JOSEPH I

**Abstract:** The article shows the presence of foreigners and the influence of English, French and Spanish's diplomats in Portugal at King José I's time between 1750 and 1763. Displays the acute and ingenious English figures such as the ambassadors Abraham Castres and Edward Hay, the chancellors William Pitt and Earl of Egremont, Officer James O'Hara and the famed lord Tyrrowley. Discusses the decisive French personalities as the Count of Merle, Madame Pompadour, the minister Jacques O'Dunne, the foreign ministers Joachim Pierre François-Étienne-François Bernis and Choiseul. Reports the cooperative and adversarial relationship between them and the secretaries of the Portuguese king.

**Keywords:** Europe. Diplomacy. Eighteenth century.

## Notas

<sup>1</sup> POMBAL, Marquez de. Discurso político sobre as vantagens que o reino de Portugal pode tirar da sua desgraça por ocasião do terremoto do 1º de novembro de 1755. In: MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal*. 5. ed. t. II. Lisboa: Typographia de Costa Sanches, 1861. p. 97.

<sup>2</sup> Ao longo de todo o texto tratarei o dr. Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e marquês de Pombal, por secretário Sebastião. Isso poderá parecer afrontoso para os que sempre o conheceram pelos títulos de conde ou marquês. Entretanto, a escolha tem por intuito fugir de comum tendencioso anacronismo. Na maior parte do recorte temporal analisado, 1750-1763, Sebastião José de Carvalho e Melo não era nem conde, nem marquês. Utilizo, portanto, a designação do que realmente ele era à época: secretário: secretário Sebastião.

<sup>3</sup> HANDLEY, Stuart. Second Baron Tyrawley and Baron Kilmaine (1681/2-1773). In: OXFORD Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1093/ref:odnb/20634>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

<sup>4</sup> CASTRES, A. [Carta] 3 jul. 1751, Londres [para] HOLDERNESSE, Earl of. Interesting report on the situation of Portugal, its finances, state of the armed forces (deplorable) and character sketch of King Joseph. *The National Archives*, Londres.

<sup>5</sup> Castres (3 jul. 1751).

<sup>7</sup> SECRET... [Carta] 22 fev. 1752, Londres [para] Tyrawly, Lord. Secret and Separate Instruction for Lord Tyrawly as Minister Plenipotentiary to Court of Portugal. Is to investigate the complaints over the seizure of contraband gold from an officer of H.M.S. *The National Archives*, Londres.

<sup>8</sup> SANTARÉM, Visconde de. *Quadro elementar das relações políticas e diplomaticas de Portugal com diversas potencias do mundo, desde o princípio da monarchia portugueza até os nossos dias*. 2. ed. Lisboa: Typographica da Academia Real das Sciencias, 1864. p. 358-354.

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> Ibid.

<sup>11</sup> HOLDERNESSE, Lord. [Carta] 26 jun. 1753, Londres [para] Crowle, G. King is glad to hear that ‘the most perfect harmony is established in the Factory, that the Portuguese government does not interfere with them, and that the balance of that trade is quietly and peaceably extracted’. *The National Archives*, Londres.

<sup>12</sup> CASTRES, A. [Carta] 12 nov. 1753, Lisboa [para] AYMAND, A. In consequence of Crowle’s complaints, the Judge-Conservator by the King of Portugal’s order

has banished the chief trouble-maker in the English Factory, William Shirley, ‘a perfect cerveau brûlé’. *The National Archives*, Londres.

<sup>13</sup> MERLE, Comte de. Archives du ministère des affaires étrangères – Paris. *Mémoires et documents*. Portugal, 1 – avulsos. SANTARÉM, Visconde de. *Quadro elementar das relações políticas e diplomaticas de Portugal com diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até os nossos dias*. 2. ed. t. 6. Paris: J.P. Aillaud, 1864. p. 200-201.

<sup>14</sup> *Ibid.*; *Ibid.*

<sup>15</sup> *Ibid.*; *Ibid.*

<sup>16</sup> *Ibid.*; *Ibid.*

<sup>17</sup> CORRESPONDANCE du cardinal de Bernis, Ministre d’État, avec M. Paris du Verney, Conseiller d’État, depuis 1752 jusqu’em 1769, précédée d’une notice historique.

<sup>18</sup> HECHT, Jacqueline. Mémoires du Duc de Choiseul. *Population*, Paris, v. 38, n. 3. p. 620-621, 1983.

<sup>19</sup> HAY, E. [Carta] 6 maio 1759, Lisboa [para] WOOD, R. Shortage of money and none arrived from Bahia. Arrival of the new French ambassador, Comte de Merle and his wife. *The National Archives*, Londres.

<sup>20</sup> HAY, E. [Carta] 19 maio 1759, Lisboa [para] PITT, W. General dissatisfaction in Portugal among all classes with Carvalho’s tyrannous dictatorship and his suppression of the Jesuits, but nobody dare complain openly as he is more strongly than ever supported by the King. *The National Archives*, Londres.

<sup>21</sup> MÉMOIRE POUR SERVIR D’INSTRUCTION AU SIEUR COMTE DE MERLE, cornette de la première compagnie des mousquetaires de la garde du roi, allant a Lisbonne em qualité d’ambassadeur de as majesté auprès du roi de Portugal. Versailles, 15 jan. 1759. Archives du ministère des affaires étrangères – Paris. *Mémoires et documents*.

<sup>22</sup> RECUEIL des instructions donnés aux ambassadeurs et ministres de France depuis les traités de Westphalie jusqu’a la Revolution Française publié sous les auspices de la commission des Archives diplomatiques au Ministère des affaires étrangères. Portugal – avec une introduction et des notes par le Vte. De Caix de Saint-Aymour. Paris, ancienne librairie Germer Baillièere et Félix Alcan, éditeur, 1886.

<sup>23</sup> *Ibid.*

<sup>24</sup> *Ibid.*

<sup>25</sup> GEORGE II. [Carta] 18 jun. 1760, Londres [para] KINNOULL, Earl of. Royal Instructions for the Earl of Kinnoull as Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to King Joseph I. He is to express King George II’s deep regret for the unintended breach of Portuguese neutrality in the destruction of the French

squadron by Admiral Boscawen off Lagos. *The National Archives*, Londres. Id. [Carta] 18 jun. 1760, Londres [para] KINNOULL, Earl of. 'Separate Instructions' for the care of Kinnoull. Is to make 'the most serious representations' over the grievances of the British Factory of Oporto of the breaches of their treaty privileges resulting from the action of the Wine Co. of the Alto Douro. *The National Archives*, Londres.

<sup>26</sup> Santarém (1864, p. 188-199).

<sup>27</sup> KINNOULL, Earl of. [Carta] 10 mar. 1760, Lisboa [para] PITT, W. Arrived on Mar. 7 after being long delayed by contrary winds and calm. *The National Archives*, Londres.

<sup>28</sup> KINNOULL, Earl of. [Carta] 14 abr. 1760, Lisboa [para] PITT, W. Lengthy and confidential conversation with Count of Oeiras on Portuguese formal request for restitution of French warships taken at Lagos, which they do not really expect to be complied with. *The National Archives*, Londres.

<sup>29</sup> KINNOULL, Earl of. [Carta] 16 abr. 1760, Lisboa [para] PITT, W. Very detailed account of interview with Count of Oeiras over hostile attitude of France as reflected in the enclosed papers (ff.73-78) of the Duc de Choiseuil's demands, and the danger that France may be inciting Spain to attack Portugal and invading the Amazon region from Cayenne. *The National Archives*, Londres.

<sup>30</sup> KINNOULL, Earl of. [Carta] 30 maio 1760, Londres [para] PITT, W. Acknowledging ff.51-61. He is to inform Count of Oeiras that King George II will most emphatically stand by Portugal in case of a rupture with France, but cannot exactly specify what military and naval help will be sent as that depends on campaigns in progress. *The National Archives*, Londres.

<sup>31</sup> Santarém (1864, p. 220-224).

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 221-241.

<sup>33</sup> KINNOULL, Earl of. [Carta] 7 jun. 1760, Londres [para] PITT, W. Congratulations on the marriage of the Princess of Brazil with Dom Pedro 'which is of so much importance to this nation, and in which Great Britain is so much interested'. *The National Archives*, Londres.

<sup>34</sup> Santarém (1864, p. 15).

<sup>35</sup> FRANKLAND, H. [Carta] 18 jul. 1761, Londres [para] WOOD, R. Court and naval news. *The National Archives*, Londres.

<sup>36</sup> ESPAÑA. Tratado llamado Pacto de Família ajustado entre su Magestad Católica y su Magestad Christianíssima, em Paris à 15 de agosto del año 1761. In: \_\_\_\_\_. Colección de los tratados de paz, alianza, comercio & c. ajustados por la corona de España con las potencias extranjeras desde el reynado del Señor Don Felipe Quinto hasta el presente. t. 3. Madrid: Imprenta Real, 1801. p. 95-113.

<sup>37</sup> COMENTÁRIO avulso e secreto. Paris, 22 de setembro de 1761. *The National Archives*. Londres. State Paper Foreign, France, 78/252.

<sup>38</sup> CORRESPONDANCES de Portugal. Archives du ministère des affaires étrangères. Paris. *Mémoires et documents*. Portugal 1, folio 86.

<sup>39</sup> MÉMOIRE POUR SERVIR D'INSTRUCTION AU SIEUR O'DUNE, allant a Lisbonne pour y résider em qualité de Ministre Plénipotentiaire du roi auprès du roi de Portugal. Versailles, 15 nov. 1761. Archives du ministère des affaires étrangères - Paris. *Mémoires et documents*. Portugal 1, minutes, folio 255.

<sup>40</sup> EGREMONT, Earl of. [Carta] 21 nov. 1761, Londres [para] HAY, E. Instructions concerning correspondence with the Earl of Bristol, Ambassador at Madrid, in view of the possibility of a war with Spain. *The National Archives*, Londres.

<sup>41</sup> HAY, E. [Carta] 9 dez. 1761, Lisboa [para] EGREMONT, Earl of. Dispatches from the Admiralty and naval news. *The National Archives*, Londres.

<sup>42</sup> HAY, E. [Carta] 23 dez. 1761, Lisboa [para] EGREMONT, Earl of. Still no news from Lord Bristol. *The National Archives*, Londres.

## Referências

BÉLY, Lucien et al. *Dictionnaire des ministres des affaires étrangères*. Paris: Fayard, 1995.

\_\_\_\_\_. *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*. Paris: Fayard, 1991.

\_\_\_\_\_. *Les Relations internationales en Europe XVIIe-XVIIIe siècles*. Paris, PUF, 2007.

BENZONI, Gino. Grimaldi, Girolamo. In: DIZZIONARIO Biografico degli Italiani. Roma: Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 2002. v. 59.

BLACK, Jeremy. *Trade, Empire and British Foreign Policy, 1689-1815: the politics of a commercial state*. New York: Routledge, 2007.

CASTRES, A. [Carta] 12 nov. 1753, Lisboa [para] AYMAND, A. In consequence of Crowle's complaints, the Judge-Conservator by the King of Portugal's order has banished the chief trouble-maker in the English Factory, William Shirley, 'a perfect cerveau brûlé'. *The National Archives*, Londres.

\_\_\_\_\_. [Carta] 17 abr. 1751, Lisboa [para] Bedford, Duke of. Condolences on news of death of the Prince of Wales. *The National Archives*, Londres.

\_\_\_\_\_. [Carta] 3 jul. 1751, Londres [para] Earl of Holderness. Interesting report on the situation of Portugal, its finances, state of the armed forces (deplorable) and character sketch of King Joseph. *The National Archives*, Londres.

COMENTÁRIO AVULSO E SECRETO. 22 set. 1761, Paris. *The National Archives*, Londres.

CORRESPONDANCES de Portugal. Archives du ministère des affaires étrangères. Paris. *Mémoires et documents*. Portugal 1, folio 86.

CORRESPONDANCE du cardinal de Bernis, Ministre d'État, avec M. Paris du Verney, Conseiller d'État, depuis 1752 jusqu'em 1769, précédée d'une notice historique.

EGREMONT, Earl of. [Carta] 21 nov. 1761, Londres [para] HAY, E. Instructions concerning correspondence with the Earl of Bristol, Ambassador at Madrid, in view of the possibility of a war with Spain. *The National Archives*, Londres.

ESPAÑA. Tratado llamado Pacto de Família ajustado entre su Magestad Católica y su Magestad Christianíssima, em Paris à 15 de agosto del año 1761. In: \_\_\_\_\_. Colección de los tratados de paz, alianza, comercio & c. ajustados por la corona de España con las potencias extrangeras desde el reynado del Señor Don Felipe Quinto hasta el presente. t. 3. Madrid: Imprenta Real, 1801. p. 95-113.

FRANKLAND, H. [Carta] 18 jul. 1761, Londres [para] WOOD, R. Court and naval news. *The National Archives*, Londres.

FRASCHINI NETO, M. *O Marquês de Pombal e o Brasil: contribuições às comemorações do 2º Centenário da morte do Marquês de Pombal*. Lisboa: Tipografia Minerva do Comércio, 1981.

GEORGE II. [Carta] 18 jun. 1760, Londres [para] KINNOULL, Earl of. Royal Instructions for the Earl of Kinnoull as Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to King Joseph I. *The National Archives*, Londres.

\_\_\_\_\_. [Carta] 18 jun. 1760, Londres [para] KINNOULL, Earl of. 'Separate Instructions' for the care of Kinnoull. Is to make' the most serious representations' over the grievances of the British Factory of Oporto of the breaches of their treaty privileges resulting from the action of the Wine Co. of the Alto Douro. *The National Archives*, Londres.

HANDLEY, Stuart. Second Baron Tyrawley and Baron Kilmaine (1681/2-1773). In: OXFORD Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1093/ref:odnb/20634>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

HAY, E. [Carta] 23 dez. 1761, Lisboa [para] EGREMONT, Earl of. Still no news from Lord Bristol. *The National Archives*, Londres.

\_\_\_\_\_. [Carta] 9 dez. 1761, Lisboa [para] EGREMONT, Earl of. Dispatches from the Admiralty and naval news. *The National Archives*, Londres.

\_\_\_\_\_. [Carta] 6 maio 1759, Lisboa [para] WOOD, R. Shortage of money and none arrived from Bahia. *The National Archives*, Londres.

HAY, E. [Carta] 19 maio 1759, Lisboa [para] PITT, W. General dissatisfaction in Portugal among all classes with Carvalho's tyrannous dictatorship and his suppression of the Jesuits, but nobody dare complain openly as he is more strongly than ever supported by the King. *The National Archives*, Londres.

HECHT, Jacqueline. Mémoires du Duc de Choiseul. *Population*, Paris, v. 38, n. 3. p. 620-621, 1983.

HOLDERNESSE, Lord. [Carta] 26 jun. 1753, Londres [para] Crowle, G. King is glad to hear that "the most perfect harmony is established in the Factory, that the Portuguese government does not interfere with them, and that the balance of that trade is quietly and peaceably extracted'. *The National Archives*, Londres.

KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. New York: Random House, 1987.

KINNOULL, Earl of. [Carta] 10 mar. 1760, Lisboa [para] PITT, W. Arrived on Mar. 7 after being long delayed by contrary winds and calm. *The National Archives*, Londres.

\_\_\_\_\_. [Carta] 14 abr. 1760, Lisboa [para] PITT, W. Lengthy and confidential conversation with Count of Oeiras on Portuguese formal request for restitution of French warships taken at Lagos, which they do not really expect to be complied with. *The National Archives*, Londres.

\_\_\_\_\_. [Carta] 16 abr. 1760, Lisboa [para] PITT, W. Very detailed account of interview with Count of Oeiras over hostile attitude of France as reflected in the enclosed papers (ff.73-78) of the Duc de Choiseuil's demands, and the danger that France may be inciting Spain to attack Portugal and invading the Amazon region from Cayenne. *The National Archives*, Londres.

\_\_\_\_\_. [Carta] 21 jun. 1760, Lisboa [para] PITT, W. Portuguese government's satisfaction with general promise of English support. *The National Archives*, Londres.

\_\_\_\_\_. [Carta] 30 maio 1760, Londres [para] PITT, W. Acknowledging ff.51-61. He is to inform Count of Oeiras that King George II will most emphatically stand by Portugal in case of a rupture with France, but cannot exactly specify what military and naval help will be sent as that depends on campaigns in progress. *The National Archives*, Londres.

\_\_\_\_\_. [Carta] 7 jun. 1760, Londres [para] PITT, W. Congratulations on the marriage of the Princess of Brazil with Dom Pedro 'which is of so much importance to this nation, and in which Great Britain is so much interested'. *The National Archives*, Londres.

LEVER, Évelyne. *Madame de Pompadour*. Paris: Perrin, 2003.

LYNCH, John. *El siglo XVIII*. Barcelona: Crítica, 1991.

MAXWELL, Kenneth R. Pombal and the Nationalization of the Luso-Brazilian Economy. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 48, n. 4, p. 608-631, nov. 1968.

MÉMOIRE POUR SERVIR D'INSTRUCTION AU SIEUR COMTE DE MERLE, cornette de la première compagnie des mousquetaires de la garde du roi, allant a Lisbonne em qualité d'ambassadeur de as majesté auprès du roi de Portugal. Versailles, 15 jan. 1759. Archives du ministère des affaires étrangères - Paris. *Mémoires et documents*. Portugal, 1.

MÉMOIRE POUR SERVIR D'INSTRUCTION AU SIEUR O'DUNE, allant a Lisbonne pour y résider em qualité de Ministre Plénipotentiaire du roi auprès du roi de Portugal. Versailles, 15 nov. 1761. Archives du ministère des affaires étrangères - Paris. *Mémoires et documents*. Portugal 1, minutes, folio 255.

MERLE, Comte de. Archives du ministère des affaires étrangères - Paris. *Mémoires et documents*. Portugal, 1 - avulsos.

MONTEIRO, Nuno Gonçalves. *D. José: Na sombra de Pombal*. 2. ed. rev. e ampl. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

POMBAL, Marquez de. Discurso político sobre as vantagens que o reino de Portugal pode tirar da sua desgraça por ocasião do terremoto do 1º de novembro de 1755. In: MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Cartas e outras obras selectas do marquez de Pombal*. 5. ed. t. II. Lisboa: Typographia de Costa Sanches, 1861. p. 101.

RECUEIL des instructions donnés aux ambassadeurs et ministres de France depuis les traités de Westphalie jusqu'a la Revolution Française publié sous les auspices de la commission des Archives diplomatiques au Ministère des affaires étrangères. Portugal - avec une introduction et des notes par le Vte. De Caix de Saint-Aymour. Paris, ancienne librairie Germer Baillièere et Félix Alcan, éditeur, 1886.

RÉMOND, René. *El antiguo regimen y la revolución: 1750-1815*. Trad. Marco Aurelio Galmarini. Barcelona: Vicens-vives, 1980.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998.

SANTARÉM, Visconde de. Memória do Abade Salema com queixas contra o conde de Merle. In: \_\_\_\_\_. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com diversas potencias do mundo, desde o princípio da monarchia portugueza até os nossos dias*. 2. ed. Paris: J.P. Aillaud, 1864. p. 221-241.

\_\_\_\_\_. *Quadro elementar das relações políticas e diplomaticas de Portugal com diversas potencias do mundo, desde o princípio da monarchia portugueza até os nossos dias*. 2. ed. Paris: J.P. Aillaud, 1864.

SECRET... [Carta] 22 fev. 1752, Londres [para] Tyrawly, Lord. Secret and Separate Instruction for Lord Tyrawly as Minister Plenipotentiary to Court of Portugal. Is to investigate the complaints over the seizure of contraband gold from an officer of H.M.S. *The National Archives*, Londres.

SHAW, L. M. E. *The Anglo-Portuguese alliance and the English merchants in Portugal, 1654-1810*. Aldershot: Ashgate, 1998.

TÉLLEZ ALARCIA, D. La supuesta anglofilia de D. Ricardo Wall. Filias y fobias políticas durante el reinado de Fernando VI. *Revista de Historia Moderna*, San Vicente del Raspeig, n. 21, p. 501-536, 2003.

Recebido em: 07/09/2015

Aprovado em: 03/03/2016